

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



3 DE FEVEREIRO DE 1874



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

ASSISTENTE SOCIAL JUDICIÁRIO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 70 questões objetivas, e o caderno de prova discursiva.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e discursiva é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início das provas.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova discursiva, a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

Leia o texto, para responder às questões de números **01** a **05**.

A loteria genética

O morticínio e as iniquidades provocados por ideias supostamente científicas sobre genes e raças são conhecidos. Em boa medida por causa desse histórico sombrio, parte da sociedade passou as últimas décadas ignorando, quando não combatendo, pesquisas no campo da genética humana, particularmente da genética comportamental. Não é uma estratégia particularmente brilhante. Um dos maus hábitos da realidade é que ela não vai embora só porque você não gosta dos resultados que ela produz.

Esse panorama começou a mudar nos últimos anos, com a publicação de livros escritos por cientistas com agenda abertamente progressista que mostram que os genes são relevantes para o comportamento humano. “The Genetic Lottery”, de Kathryn Paige Harden, é uma dessas obras. Seu maior mérito é apresentar e desmitificar o problema. Genes importam não só no âmbito individual mas também para os grandes desafios sociais, como a igualdade. O peso da genética no desempenho escolar de uma criança é igual ao da renda dos pais, ou seja, bem forte. E o desempenho escolar, vale lembrar, é uma variável-chave na definição da renda, felicidade e até do número de anos que a pessoa vai viver.

Harden faz um apanhado bem didático dos tipos de pesquisa genética que existem, as diferenças entre eles e como interpretá-los. Embora o senso comum pense os genes como determinantes, seu efeito sobre a maioria das características que nos interessam é muito mais probabilístico. Bons genes no ambiente errado não fazem milagres. E um ambiente propício pode fazer com que mesmo alguém que não tenha sido favorecido pela loteria genética se saia bem.

Uma boa analogia é com a miopia. Ela é 100% genética, mas depende de certas condições ambientais para manifestar-se. Mais importante, mesmo quando ela dá as caras, a sociedade tem uma solução não genética 100% eficaz: óculos.

(Hélio Schwartzman. <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/helioschwartzman/2021/12/a-loteria-genetica.shtml>. 18.12.2021. Adaptado)

01. Conforme o autor do texto,

- (A) a ciência atribui as características comportamentais humanas exclusivamente aos genes que cada um traz consigo ao nascer.
- (B) as condições ambientais adequadas são essenciais para que possa haver o desenvolvimento de determinadas características genéticas.
- (C) a ciência tem sido fundamental para desmistificar a crença de que o papel dos genes se estenderia para além da esfera individual.
- (D) a possível interferência da genética no desempenho da aprendizagem permanece sendo um ponto de discordância entre cientistas.
- (E) o repúdio que estudos científicos em genética causavam à sociedade fez com que essas pesquisas fossem evitadas por um longo período.

02. Considerando a relação com sentido de oposição que a frase que inicia o 2º parágrafo estabelece com as informações do parágrafo anterior, essa relação de sentido permanece corretamente preservada com a inserção da conjunção destacada em:

- (A) **Como** esse panorama começou a mudar nos últimos anos, com a publicação de livros...
- (B) **Porque** esse panorama começou a mudar nos últimos anos, com a publicação de livros...
- (C) **Enquanto** esse panorama começou a mudar nos últimos anos, com a publicação de livros...
- (D) **Se** esse panorama começou a mudar nos últimos anos, com a publicação de livros...
- (E) **Todavia** esse panorama começou a mudar nos últimos anos, com a publicação de livros...

03. A expressão destacada na passagem do penúltimo parágrafo – E um ambiente propício pode fazer com que mesmo alguém que não tenha sido favorecido pela **loteria genética** se saia bem. – exprime, em sentido

- (A) figurado, a ideia de irrelevância do ambiente para o êxito individual.
- (B) próprio, a ideia de que o ambiente tem influência sobre a genética.
- (C) figurado, a ideia de que a genética é determinada pelo acaso.
- (D) próprio, a ideia de que bons genes são um acontecimento raro.
- (E) próprio, a ideia de estreita relação entre genética e sucesso pessoal.

04. O adjetivo destacado caracteriza de forma negativa a palavra a que se refere na seguinte frase:

- (A) Harden faz um apanhado bem **didático** dos tipos de pesquisa genética que existem... (3º parágrafo)
- (B) ... seu efeito sobre a maioria das características que nos interessam é muito mais **probabilístico**. (3º parágrafo)
- (C) ... quando não combatendo, pesquisas no campo da genética humana, particularmente da genética **comportamental**. (1º parágrafo)
- (D) Em boa medida por causa desse histórico **sombrio**, parte da sociedade passou as últimas décadas ignorando... (1º parágrafo)
- (E) ... cientistas com agenda abertamente progressista que mostram que os genes são **relevantes** para o comportamento... (2º parágrafo)

05. Assinale a alternativa em que a frase redigida a partir do texto está em conformidade com a norma-padrão de concordância verbal e nominal da língua portuguesa.

- (A) Livros mais recentemente publicado procuram evidenciar o quanto o comportamento humano é determinado pelos genes.
- (B) Um ambiente adequado pode ser importante para o desenvolvimento mesmo daqueles que não foram geneticamente beneficiado.
- (C) Em uma obra bastante atual, a maneira como a genética se relaciona com certos dilemas sociais são o foco da pesquisadora americana.
- (D) Para entender o papel real da genética, é preciso separar o que é senso comum das respostas fornecidas por estudos científicos.
- (E) O histórico sombrio que pairava sobre as pretensas pesquisas genéticas constituíam a razão de a sociedade ter evitado discuti-las.

Leia o texto, para responder às questões de números **06 a 12**.

Em uma sociedade desigual, aqueles que alcançam o topo querem acreditar que seu sucesso tem justificativa moral. Em uma sociedade de meritocracia*, isso significa que os vencedores devem acreditar que conquistaram o sucesso através do próprio talento e empenho. Quem entra em uma universidade pública de prestígio com credenciais brilhantes se orgulha da conquista e considera que o fez por conta própria. Mas isso, de certa forma, é ilusório. Ainda que seja verdade o fato de a entrada refletir dedicação e empenho, não se pode dizer que foi somente resultado da própria ação. E o que dizer a respeito de pai, mãe e professores que ajudaram ao longo do caminho? E a sorte de viver em uma sociedade que cultiva e recompensa os talentos que eles por acaso têm?

As pessoas que, por meio de um pouco de esforço e talento, prevalecem em uma meritocracia ficam endividadas de uma forma que a competição ofusca. À medida que a meritocracia se intensifica, o esforço nos absorve tanto que o fato de estarmos endividados sai de vista. Dessa maneira, até mesmo uma meritocracia justa, uma em que não haja trapaça, ou suborno, ou privilégios especiais para os ricos, induz a uma impressão equivocada: de que chegamos lá por conta própria. Os anos de árduo esforço exigidos de candidatos a universidades de elite praticamente os obriga a acreditar que o sucesso deles é resultado das próprias ações, e, se fracassarem, não terão a quem culpar, a não ser a si mesmos.

Esse é um fardo pesado para pessoas jovens carregarem. Além disso, corrói sensibilidades cívicas. Porque quanto mais pensarmos em nós como pessoas que vencem pelo próprio esforço e que são autossuficientes, mais difícil será aprender a ter gratidão e humildade. E sem esses sentimentos é difícil se importar com o bem comum.

O ingresso em universidades não é a única ocasião para discussões sobre mérito. Na política contemporânea, há uma abundância de debates acerca de quem merece o quê. Na superfície, esses debates são sobre o que é justo – todo mundo tem oportunidades verdadeiramente iguais para competir por bens desejáveis e posições sociais? No entanto, nossas discordâncias a propósito do mérito não são apenas

em relação a ser justo mas também quanto a como definimos sucesso e fracasso, vencer e perder, e o comportamento que vencedores devem direcionar àqueles menos bem-sucedidos do que eles. Essas são questões bastante pesadas e que tentamos evitar, até o momento em que elas se lançam sobre nós. Precisamos perguntar se a solução para nossa política conflituosa é viver mais fielmente pelo princípio do mérito ou buscar um bem comum além da classificação e da luta.

* meritocracia: sistema de recompensa e/ou promoção fundamentado no mérito pessoal

(Michael J. Sandel. *A tirania do mérito: o que aconteceu com o bem comum?* Trad. Bhuvan Libanio. – 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021. Excerto adaptado)

06. Para o autor, em uma sociedade meritocrática, a conquista do sucesso

- (A) ratifica a importância da adoção de mecanismos de concorrência que permitam apenas às pessoas verdadeiramente empenhadas se projetarem socialmente.
- (B) representa a coroação do talento e do empenho para sobressair-se em uma disputa cujo resultado é definido pela competência individual dos participantes.
- (C) promove o bem comum, já que casos de superação despertam em outros indivíduos o desejo de também serem alçados a uma posição social privilegiada.
- (D) demanda pouco empenho e recursos, o que iguala as condições de concorrência e contribui decisivamente para a diminuição da desigualdade social.
- (E) produz nos vencedores a percepção enganosa de que tudo se deve ao esforço pessoal, que ignora as condicionantes determinantes para o resultado alcançado.

07. No texto, o autor identifica como uma das consequências mais danosas da meritocracia o fato de

- (A) tal sistema de reconhecimento ter suscitado debates triviais, que acabam ofuscando a discussão cada vez mais urgente sobre a escassez de oportunidades.
- (B) instalar-se o descaso com a ideia de bem comum, conforme as pessoas se convencem de que dependem apenas de si próprias para alcançar o sucesso.
- (C) os vencedores em geral terem diminuída a satisfação com o triunfo, em vista do discurso ressentido das pessoas fadadas à condição de perdedoras.
- (D) mesmo as disputas menos importantes, como por vagas em universidades públicas, terem adquirido formatos cada vez mais complexos e desgastantes.
- (E) o árduo esforço exigido na preparação deixar pelo caminho os mais velhos, favorecendo os jovens, mais bem adaptados a situações de concorrência.

08. A expressão destacada na frase do último parágrafo – Na política contemporânea, há uma abundância de debates **acerca de** quem merece o quê. – é empregada, no contexto, com sentido equivalente ao da expressão destacada em:
- (A) E o que dizer **a respeito de** pai, mãe e professores que ajudaram ao longo do caminho? (1º parágrafo)
 - (B) As pessoas que, **por meio de** um pouco de esforço e talento, prevalecem em uma meritocracia... (2º parágrafo)
 - (C) ... viver mais fielmente pelo princípio do mérito ou buscar um bem comum **além da** classificação e da luta. (4º parágrafo)
 - (D) ... devem acreditar que conquistaram o sucesso **através do** próprio talento e empenho. (1º parágrafo)
 - (E) Porque quanto mais pensarmos em nós como pessoas que vencem **pelo** próprio esforço... (3º parágrafo)
09. Assinale a alternativa em que, na frase que completa o enunciado a seguir, o acento indicativo da crase está empregado em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa.
- O debate sobre a meritocracia envolve o comportamento que vencedores devem direcionar...
- (A) **à** algumas pessoas que não foram exatamente bem-sucedidas.
 - (B) **à** uma grande quantidade de pessoas que não foram bem-sucedidas.
 - (C) **à** quem que não teve a chance de ser bem-sucedido.
 - (D) **à** parcela de pessoas que não pôde ser bem-sucedida.
 - (E) **à** todas as pessoas que não foram igualmente bem-sucedidas.
10. Assinale a alternativa em que, na frase redigida a partir do texto, a vírgula está empregada em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa.
- (A) Enquanto torna os vencedores arrogantes, o discurso meritocrático faz com que perdedores fiquem res-sentidos.
 - (B) Muito do sucesso alcançado, é possibilitado por um contexto social que valoriza e compensa eventuais talentos.
 - (C) É preciso ter a devida noção de que parte do mérito pelos nossos sucessos, deve ser creditado a outras pessoas.
 - (D) A conquista de uma vaga em uma universidade pública, costuma ser creditada apenas à capacidade e ao empenho individuais.
 - (E) Na meritocracia a culpa pelo fracasso é, inapelavelmente atribuída unicamente a quem não consegue sair vencedor.
11. Assinale a alternativa em que as palavras extraídas do texto recebem acento em atendimento à mesma regra de acentuação gráfica, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.
- (A) ilusório; até; cívica.
 - (B) prestígio; abundância; além.
 - (C) privilégios; lá; política.
 - (D) através; próprio; pública.
 - (E) árduo; contemporânea; discordâncias.
12. Assinale a alternativa em que a frase redigida a partir do texto – Os jovens carregam um fardo demasiadamente pesado na busca do mérito. – está corretamente alterada para a voz passiva.
- (A) Buscando pelo mérito, os jovens carregam um fardo demasiadamente pesado.
 - (B) Os jovens buscam pelo mérito carregando um fardo demasiadamente pesado.
 - (C) Um fardo demasiadamente pesado é carregado pelos jovens na busca do mérito.
 - (D) Os jovens, ao buscar pelo mérito, carregam um fardo demasiadamente pesado.
 - (E) Na busca pelo mérito, os jovens carregam um fardo demasiadamente pesado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

13. De acordo com Guerra (2018), o paradigma predominante no período compreendido por “renovação profissional”, que faculta responder às requisições profissionais de maneira imediata, fragmentada, por meio de ações instrumentais, da empiria, do fortuito, é
- (A) a síntese de múltiplas determinações.
 - (B) a racionalidade formal abstrata.
 - (C) a razão ontológica.
 - (D) a dialética teleológica.
 - (E) o movimento de intenção de ruptura.
14. Segundo Iamamoto (2021), geralmente, tem-se uma visão dos instrumentos de trabalho como um arsenal de técnicas – entrevistas, reuniões, plantão, encaminhamento etc. A referida autora afirma, no entanto, que a questão é mais complexa, uma vez que a noção estrita de instrumento se amplia para abranger como meio de trabalho
- (A) o Estado.
 - (B) a política social.
 - (C) a sociedade.
 - (D) o conhecimento.
 - (E) a questão social.
15. Bhering e Boschetti (2006) destacam que, a partir da década de 1990, houve no Brasil uma reconfiguração dos direitos da seguridade social, passando para uma perspectiva protecionista e de integração social, superdimensionando-se as funções da assistência social e enfatizando-se o mercado via planos de assistência social, saúde e previdência. Nesse contexto, pode-se afirmar que ocorreu um(a)
- (A) retorno à família e às organizações sem fins lucrativos como agentes de bem-estar.
 - (B) integralidade das ações, compondo uma rede complementar.
 - (C) maior articulação entre os orçamentos das políticas de saúde, assistência e previdência.
 - (D) caráter redistributivo das políticas com amplos direitos fundados na cidadania.
 - (E) ampliação da destinação de recursos para a política de assistência social.
16. As consequências da implementação do ideário neoliberal nas sociedades, que, como a brasileira, vivem os impasses da consolidação democrática, do frágil enraizamento da cidadania e das dificuldades históricas de sua universalização para a maioria da população, expressam-se pelo agravamento da questão social. Nesse contexto, a atuação dos assistentes sociais no campo sociojurídico atende a duas requisições: manter a ordem social e garantir direitos. A submissão à cotidianidade e a falta de uma reflexão crítica tendem a reproduzir práticas que podem sintonizar o Serviço Social com uma política que
- (A) resiste às normas convencionais.
 - (B) combate processos alienadores.
 - (C) criminaliza os pobres.
 - (D) questiona o *status quo*.
 - (E) refuta a moralização.
17. De acordo com a Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, a qual altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social, o conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários compõe a modalidade
- (A) do Centro de Referência de Assistência Social.
 - (B) da proteção social especial.
 - (C) da proteção social básica.
 - (D) do Centro de Referência Especializado de Assistência Social.
 - (E) da vigilância socioassistencial.
18. Apesar da enunciada mudança de paradigma proclamada pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), ainda se coloca um longo percurso para o alinhamento garantista previsto. Há um lapso que distancia as conquistas legais dos aparatos institucionais. Embora seja possível perceber avanços no corpo normativo/legal e organizacional, no que se refere ao atendimento ao adolescente em conflito com a lei, pode-se afirmar que sobressai
- (A) o privilégio de abordagens na perspectiva da totalidade.
 - (B) a reedição de práticas já superadas.
 - (C) a revitalização de políticas de atenção ao adolescente.
 - (D) a minimização da política criminal.
 - (E) a redução da judicialização da vida social.

19. Fávero (2020) afirma que muitas das situações de destituição do poder familiar, ou mesmo o afastamento de crianças e adolescentes de suas famílias, são subsidiados por documentos produzidos por profissionais, dentre eles assistentes sociais, que atuam em diferentes serviços que compõem a rede de suposta proteção. Por vezes, produzem documentos com maior centralidade na constatação e na verificação das incapacidades das famílias, com uma direção individualista, individualizante e de
- (A) historicidade.
 - (B) regularidade.
 - (C) reparação.
 - (D) negação.
 - (E) controle.
20. A documentação é o instrumento que permite o registro da ação profissional nos diferentes momentos de trabalho. Uma das formas de registro, utilizada no meio judiciário, com a finalidade de dar suporte à decisão judicial, a partir de uma determinada área do conhecimento, que é resultado de uma perícia e onde são registrados os aspectos mais importantes do estudo social, é
- (A) o informe.
 - (B) a instrução.
 - (C) o prontuário.
 - (D) o laudo.
 - (E) o parecer.
21. O estudo social pode ser definido como o processo de conhecimento, análise e interpretação de uma determinada situação social. Sua finalidade imediata é a emissão de um parecer sobre determinada situação, do qual o usuário depende para acessar benefícios, serviços e/ou resolver litígios. Constitui competência do assistente social, o qual faz uso de determinados instrumentos de trabalho. Nesse processo, as dimensões da realidade a serem apreendidas passam pelas condições de vida, nas quais deve ser central
- (A) o acesso aos direitos sociais.
 - (B) a averiguação dos fatos relatados.
 - (C) a informação sobre a renda familiar.
 - (D) a seletividade para acesso ao solicitado.
 - (E) o controle social operado pela política social.
22. “O exercício profissional no Poder Judiciário está atravessado por inúmeras armadilhas, na sua maioria das vezes, afetas à perspectiva de manutenção da ordem vigente e do *status quo*, que atravessam esse poder, capturando o Serviço Social em suas lógicas adversariais. Nesse contexto, o assistente social é chamado a posicionar-se sobre a ‘verdade’ em processos envolvendo litígios familiares, suspensão ou perda do poder familiar, interdição civil, entre outros” (CFESS, 2014). Por vezes, a ausência de uma visão crítica e de totalidade da realidade social que cerca as famílias em questão faz com que o/a profissional
- (A) atue na perspectiva da coletivização das demandas individuais, buscando a visão de totalidade.
 - (B) adote percepções que desvelam as expressões da questão social, entendendo os sujeitos envolvidos como credores de direitos.
 - (C) deposite na família visões descontextualizadas, reiterando práticas violadoras de direitos.
 - (D) intensifique articulações com movimentos sociais, conselhos profissionais, Fórum DCA para mudanças legislativas.
 - (E) assegure serviços de qualidade aos/às cidadãos/ãs que demandam o acesso à justiça, primando pela defesa e proteção dos seus direitos.
23. Conforme Azambuja (em Revista Serviço Social e Sociedade, nº 115, 2013), a violência sexual intrafamiliar não pode ser enfrentada de forma fragmentada, mas requer uma proposta de trabalho de cunho interdisciplinar por suas múltiplas implicações no âmbito pessoal e familiar, social e legal. Em todos os casos, os profissionais terão que se debruçar com competência e preparo técnico sobre a questão, sem abrir mão do compromisso com a dignidade humana e com a proteção integral à criança. É necessário, entretanto, desmistificar a ideia de que uma equipe, ao desenvolver ações coordenadas,
- (A) pode comunicar-se confrontando e discutindo as perspectivas entre as diversas disciplinas.
 - (B) é capaz de superar impressões estáticas e o hábito de pensar fragmentador e simplificador da realidade.
 - (C) desenvolve a troca mediante a comunicação, permanecendo viva a individualidade dos envolvidos com a proposta.
 - (D) pode reforçar, com condutas inadequadas, os danos que recaem sobre a criança.
 - (E) cria uma identidade entre seus participantes que leva à diluição de suas particularidades profissionais.

- 24.** A fragilidade no campo da democracia política concorre para intensificar a racionalidade que rege a dinâmica da acumulação capitalista. Uma racionalidade que, para a valorização do capital, minimiza o Estado, degrada o trabalho e banaliza valores caros à vida humana. Com isso, são evidentes as dificuldades de acesso à educação qualificada, à informação e ao exercício da cidadania, limitando a decifração da realidade social e a concepção de direitos e deveres na sociedade de classes, obstaculizando
- (A) a hierarquização dos direitos humanos.
 - (B) a participação crítica dos sujeitos na vida social.
 - (C) as abstrações sem compreensão sobre o movimento histórico.
 - (D) a manutenção da ordem social vigente.
 - (E) a criminalização de lutas coletivas.
- 25.** No contexto da sociedade burguesa, os direitos humanos esbarram, não obstante a proposta de universalidade, nos limites estruturais da sociedade capitalista. A produção/reprodução desta sociedade decorrem de divisões, tais como do trabalho, de classe, de conhecimento, de apropriação da riqueza socialmente produzida, sem falar dos desdobramentos daí resultantes, como divisões asseguradas, em grande parte, pelo preconceito, relacionadas a gênero, etnia etc. Podemos afirmar que, nessa organização social, a proclamada universalidade de direitos demonstra
- (A) legitimação.
 - (B) resistência.
 - (C) monopólio.
 - (D) formalidade.
 - (E) exequibilidade.
- 26.** Nos tempos atuais, muitos fatores incidem nas variadas formas de famílias e nos consequentes desafios em relação à parentalidade, o que representa um desafio – o de se respeitarem as famílias em suas diferentes configurações, pelo dever ético de se empenhar para suprimir preconceitos e fomentar o respeito à diversidade. Gois e Oliveira (2019) trazem que o debate sobre a pluralidade dos modos de ser famílias passa pelo entendimento das configurações familiares, que resultam da associação entre sua
- (A) diversidade e conjuntura.
 - (B) variedade e associação.
 - (C) composição e organização.
 - (D) especificidade e conduta.
 - (E) particularidade e disposição.
- 27.** As diferentes perspectivas relacionadas às matrizes teórico-metodológicas possuem divergências significativas nas formas de conceber família, particularmente em relação às expectativas que se tem sobre as formas de ser e conviver e em relação ao seu papel na provisão de bem-estar, ou seja, na proteção de seus membros. Atualmente, as concepções em evidência no campo da proteção social estão situadas no arco do estrutural funcionalismo e da teoria social crítica. A concepção de família, construída no marco da teoria social crítica, assenta-se no entendimento de que
- (A) as expressões que têm lugar no seu interior tendem a exprimir os conflitos constitutivos da própria sociedade.
 - (B) as desigualdades sociais têm uma base natural e de que os esforços da esfera pública para compensá-las só fazem prejudicar as liberdades.
 - (C) através do adequado cumprimento de suas funções estaria, junto com outras instituições, sustentando a harmonia e a coesão social.
 - (D) independentemente das transformações da sociedade é a principal responsável pela provisão de bem-estar de seus membros.
 - (E) é instância essencialmente privada, sob o prisma da ordem, da integração, da estabilidade, e alheia ao processo histórico.
- 28.** Em Cisne (2018), há a abordagem a respeito de um método de análise em que as relações sociais de sexo, raça e classe são apreendidas como indissociáveis e considera o entrecruzamento dinâmico e complexo do seu conjunto, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e constituindo-se de maneira recíproca. Não se trata de percorrer uma a uma, mas de enxergar os entrecruzamentos e as interpenetrações no seio da individualidade ou de um grupo. Nessa perspectiva, nenhuma análise sobre as desigualdades pode prescindir dessas três relações sociais – sexo, raça e classe – como estruturantes dos sistemas de exploração, ainda que possam ter mediações com outras opressões. A esta abordagem, os estudiosos dão o nome de
- (A) pluridisciplinaridade.
 - (B) consubstancialidade.
 - (C) transdisciplinaridade.
 - (D) multilateralidade.
 - (E) interseccionalidade.

29. Segundo Ferreira (2018), o tema da diversidade sexual e de gênero e a realidade histórica da população LGBTI ingressam na formação das/os assistentes sociais no Brasil a passos lentos e, tradicionalmente, através de um cariz conservador. O Serviço Social tem contributos importantes a este tema, inclusive em termos técnicos e operativos. Os instrumentos e técnicas disponíveis ao Serviço Social são orientados por um tipo de referencial teórico e político, e este pode seguir tanto uma perspectiva moralizadora quanto uma que tem como horizonte a emancipação. Pode-se afirmar que a segunda tendência
- (A) entende comportamentos e modos de vida numa perspectiva patologizante, sem validar todas as formas de expressão e de exercício de gênero e da sexualidade – entre adultos e com consentimento.
 - (B) considera o atendimento realizado como benesse, banalizando demandas sociais, cada vez menos caracterizadas por elementos de reivindicação e de luta.
 - (C) adota uma concepção familista e que o Serviço Social deve controlar e incentivar a rigidez nos papéis de gênero.
 - (D) é orientada por preceitos baseados em crença individual, presentes em intervenções carregadas pela noção de que o Serviço Social deve interditar certos comportamentos.
 - (E) compreende a lei e/ou norma como uma mediação histórica e, muitas vezes, a serviço de interesses contrários àqueles defendidos pelo Serviço Social.
30. No que se refere ao casamento e à dissolução da sociedade conjugal, da análise da legislação no passado, Gois e Oliveira (2019) identificam que, no início do século XX, a permanência do casamento era defendida independentemente do interesse dos cônjuges, sendo o desquite e, posteriormente, a separação, assumidos pela Justiça somente se houvesse motivos reconhecidos pela lei para o término da sociedade conjugal. Esse aspecto está em desacordo com a perspectiva de
- (A) liberdade individual.
 - (B) mudanças tradicionais.
 - (C) conflitos e confrontos.
 - (D) caráter religioso.
 - (E) mútuo consentimento.
31. O direito vem passando por profundas discussões possibilitadas pela ausência de conceituação legal definitiva sobre a composição da família e pelos diferentes entendimentos sobre esse tema. De acordo com Fávero (2020), embora a legislação recente não tenha rompido com as características tradicionais, a família pós-moderna se pauta na
- (A) desbiologização, na despatrimonialização, no afeto.
 - (B) herança, na hierarquia sucessória e no patrimônio.
 - (C) homoparentalidade, na homoafetividade, na heteroafetividade.
 - (D) socioafetividade, na diversidade de gênero, na afinidade.
 - (E) consanguinidade, na moradia e no parentesco.
32. De acordo com o ECA (artigo 18 B), os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas, ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los, que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, estarão sujeitos, entre outras, às seguintes medidas, que serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso: encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família; obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado; advertência. Em seu parágrafo único, determina que as medidas previstas nesse artigo serão aplicadas
- (A) pela defensoria pública.
 - (B) pelo Conselho de Direitos do município.
 - (C) pelo Conselho Tutelar.
 - (D) pela delegacia de polícia.
 - (E) pela autoridade judiciária.
33. A Lei nº 13.431/17 altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelecendo novos parâmetros para o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, implementando formas específicas para a escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Os dois modelos de escuta estabelecidos são: 1) a escuta especializada (artigo 7º da referida lei) e 2) o depoimento especial (artigo 8º). É correto afirmar, em relação ao depoimento especial, que constitui procedimento
- (A) realizado pelos órgãos da rede de proteção nos campos da educação, da saúde, da assistência social e da segurança pública.
 - (B) que deve incluir a avaliação de risco e eventuais intervenções intersetoriais, tendo em vista a perspectiva de complementariedade entre as políticas.
 - (C) com a finalidade de permitir que qualquer criança ou adolescente possa ser ouvido(a) de forma qualificada perante órgão da rede de proteção.
 - (D) de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária.
 - (E) de entrevista perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade.
34. Goes (2017), discorrendo sobre as medidas de proteção à infância e juventude, refere-se ao instrumento que operacionaliza atendimento e indica perspectivas relacionadas diretamente às crianças e/ou adolescentes acolhidos e suas famílias – que deve ser desenvolvido pela equipe dos serviços de acolhimento, com os profissionais da rede socioassistencial e da Vara da Infância e Juventude, para e com os principais envolvidos. Trata-se
- (A) do roteiro de medidas protetivas.
 - (B) do depoimento sem dano.
 - (C) do sistema de garantia de direitos.
 - (D) do plano individual de atendimento.
 - (E) da audiência concentrada.

35. O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente consiste na atuação e intervenção conjunta e sistemática de diversos órgãos e autoridades, cujo papel é efetivar os direitos desse público. O papel de tais atores é definido, principalmente, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), representante deste segmento. Este Sistema é caracterizado por uma organização em rede, por meio da qual os atores que dela fazem parte atuam a partir de três eixos: defesa, promoção e
- (A) prevenção.
 - (B) responsabilização penal.
 - (C) controle social.
 - (D) vulnerabilidade social.
 - (E) proteção social.
36. A Lei nº 12.010/2009 alterou artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), em relação à adoção de alguns com mudanças terminológicas e de outros com acréscimos mais significativos. Conforme o referido Estatuto, a adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa. Ainda de acordo com o ECA (artigo 42, § 2º), em relação à adoção,
- (A) o adotando deve contar com, no máximo, vinte e um anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes.
 - (B) para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família.
 - (C) atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, com exceção dos sucessórios.
 - (D) a simples guarda de fato autoriza, por si só, a dispensa da realização do estágio de convivência.
 - (E) em caso de conflito entre direitos e interesses do adotando e de outras pessoas, inclusive seus pais biológicos, devem prevalecer os direitos e os interesses dos pais biológicos.
37. O Estatuto da Criança e do Adolescente traz, no Título II, normativas sobre as medidas de proteção às crianças e adolescentes, as quais são aplicáveis em todas as situações em que houver a ameaça ou a violação dos seus direitos, quer seja por omissão do Estado ou da sociedade, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis ou, ainda, em razão de sua conduta. Mediante a presença de qualquer uma (ou mais) das situações mencionadas, a autoridade competente determinará a medida de proteção cabível, podendo ser cumulativa. Dentre elas, estão a de acolhimento institucional e a de colocação em família substituta. Esta última se dá mediante as modalidades de
- (A) casa-lar, família eventual, apadrinhamento.
 - (B) estágio de convivência, guarda monitorada, curatela.
 - (C) intervenção precoce, proporcionalidade e atualidade.
 - (D) família acolhedora, família extensa, família de apoio.
 - (E) guarda, tutela, adoção.
38. De acordo com o ECA, é direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta. Entretanto, o artigo 19, § 1º do referido Estatuto prevê que toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada _____. Além disso, determina, no § 2º do mesmo artigo, que a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de _____, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
- Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.
- (A) 3 (três) meses ... 18 (dezoito) meses
 - (B) 5 (cinco) meses ... 10 (dez) meses
 - (C) 2 (dois) meses ... 2 (dois) anos
 - (D) 6 (seis) meses ... 1 (um) ano
 - (E) 1 (um) ano ... 3 (três) anos
39. Tanto o Acolhimento Institucional quanto os Programas de Famílias Acolhedoras devem organizar-se segundo os princípios e diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (artigo 92), especialmente no que se refere à excepcionalidade e à provisoriedade do acolhimento, à permanente comunicação com a Justiça da Infância e da Juventude, à articulação com a rede de serviços e
- (A) ao desmembramento de grupos de irmãos.
 - (B) à integração urgente em família substituta.
 - (C) ao investimento na reintegração à família de origem.
 - (D) à aquisição imediata de autonomia e independência.
 - (E) ao ocultamento da história da criança ou do adolescente.
40. Em relação ao trabalho do/a assistente social no atendimento aos adolescentes em conflito com a lei no Poder Judiciário, as autoras Terra e Azevedo (2018) destacam dois aspectos. O primeiro diz respeito à atuação profissional, pois nessa instituição a mediação se dá pela interpretação que os/as profissionais fazem dos conflitos que estão judicializados. Além disso, são demandas apresentadas numa esfera de determinações complexas. O segundo aspecto está relacionado ao fato de que, atuando numa perspectiva predominantemente de responsabilização pelo ato praticado, pode-se perceber que a violação de direitos, anteriormente imposta a esses adolescentes, tornou-se uma questão, por vezes,
- (A) valorizada.
 - (B) contestada.
 - (C) particularizada.
 - (D) desconsiderada.
 - (E) redimensionada.

41. O ECA (artigos 171 a 190) define o fluxo de atendimento ao adolescente em conflito com lei. O artigo 179 determina que: “Apresentado o adolescente, o representante do Ministério Público, no mesmo dia e à vista do auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, devidamente autuados pelo cartório judicial e com informação sobre os antecedentes do adolescente, procederá imediata e informalmente à sua oitiva e, em sendo possível, de seus pais ou responsável, vítima e testemunhas”. E o artigo 180 complementa que o Promotor Público, ao proceder à oitiva do adolescente, pode sugerir três condutas em relação ao caso: arquivar, remir ou
- (A) determinar obrigação de reparar o dano.
 - (B) representar à autoridade judiciária.
 - (C) encaminhar ao Serviço Social.
 - (D) encaminhar à internação provisória.
 - (E) proceder à advertência.
42. O ECA, Lei nº 8.069/1990, em seu artigo 125, determina que a medida de internação fundamenta-se no afastamento temporário do adolescente de seu convívio social e familiar, institucionalizando-o sob responsabilidade do Estado, que deve “zelar pela integridade física e mental dos internos, cabendo-lhes adotar as medidas adequadas de contenção e segurança”. De acordo com artigo 121, o tempo de cumprimento da medida socioeducativa de internação tem prazo máximo de _____ (parágrafo terceiro), tendo o adolescente a sua liberação compulsória aos _____ de idade (parágrafo quinto), caso ainda esteja em cumprimento dessa medida, nessa idade.
- Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.
- (A) 3 (três) anos ... 21 (vinte e um) anos
 - (B) 6 (seis) meses ... 16 (dezesesseis) anos
 - (C) 1 (um) ano ... 22 (vinte e dois) anos
 - (D) 3 (três) meses ... 20 (vinte) anos
 - (E) 2 (dois) anos ... 18 (dezoito) anos
43. O artigo 112 do ECA estabelece as medidas socioeducativas que podem ser aplicadas ao adolescente quando verificada a prática do ato infracional. Entre estas, há uma que, determinada desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilita a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial. Trata-se da
- (A) advertência.
 - (B) obrigação de reparar o dano.
 - (C) prestação de serviço à comunidade.
 - (D) liberdade assistida.
 - (E) inserção em regime de semiliberdade.
44. A violência sexual, em especial contra crianças e adolescentes, envolve inúmeros fatores que não são atingidos em uma única intervenção ou instituição. A reflexão sobre a incompletude institucional, os saberes científicos e as decisões a serem tomadas, seja pelo Poder Público, seja na intimidade da família, repõe a centralidade e o desafio de efetivamente a criança e o adolescente serem respeitados como sujeitos de direitos, detentores da prioridade absoluta. Nessa direção, em Azambuja e Ferreira (2011), encontramos que, no cotidiano da intervenção, é fundamental
- (A) o conhecimento especializado.
 - (B) a escuta qualificada.
 - (C) o monitoramento das demandas.
 - (D) a socialização das informações.
 - (E) o fortalecimento do sistema de responsabilização.
45. Berberian (2015) faz uma reflexão sobre o fenômeno da negligência, ressaltando que tal fenômeno não é recente e configura-se como uma das principais modalidades de violência contra crianças e adolescentes. Trata-se de um fenômeno complexo, assim como a indicação de que não pode ser entendido apenas no contexto restrito das práticas internas das famílias, pois estas sofrem o impacto de fatores sociais, políticos, econômicos e jurídicos que criam dificuldades para prover os cuidados necessários aos filhos. Nesse contexto, nas avaliações profissionais do Serviço Social, é necessário considerar como critério para compreender se a família está sendo negligente:
- (A) desproteção social.
 - (B) condição de autonomia.
 - (C) cuidados pessoais.
 - (D) modos de comportamento.
 - (E) questão moral.
46. No final do século XX, a questão família e violência ganhou ampla visibilidade no âmbito do debate sobre os direitos humanos. Mioto (2003), baseada em estudos sobre violência doméstica, aborda duas grandes correntes teóricas para se analisar atos violentos nas sociedades capitalistas: uma ancorada no eixo da normatividade\estabilidade e outra no eixo do conflito\transformação. De acordo com a autora, a afirmativa que mais se aproxima do eixo do conflito/transformação é:
- (A) a análise deve ser centrada nas condutas individuais devido a problemas no processo de integração e controle social.
 - (B) a delinquência é resultado do afrouxamento dos vínculos que unem o adolescente à sociedade.
 - (C) o consenso ideológico-moral é resultado dos processos de luta e manutenção do poder.
 - (D) a sociedade é um todo integrado, e o consenso ideológico-moral é um pressuposto da existência social do homem.
 - (E) o sistema social é definido como algo especificamente relacional.

47. A Lei nº 11.340/2006, conhecida como “Lei Maria da Penha”, foi aprovada em substituição a qualquer forma de classificação da violência de gênero como de pequena ofensividade. A Lei criminalizou essa violência e diferenciou as mulheres, no universo da igualdade formal de direitos entre homens e mulheres, quando na condição de vítima de violência doméstica e familiar. Responsabilizou e regulamentou a presença do Estado no espaço privado, tornando-o público do ponto de vista da defesa dos direitos. Nos casos de violência doméstica e familiar, o artigo 12 determina que, feito o registro da ocorrência, a autoridade policial, entre os procedimentos, deverá de imediato
- (A) informar ao agressor os direitos a ele conferidos nesta Lei.
 - (B) garantir atendimento de alimentos provisionais ou provisórios.
 - (C) proceder à inquirição da vítima.
 - (D) ouvir o agressor e as testemunhas.
 - (E) reunir como meios de prova os laudos médicos fornecidos por hospitais.
48. O Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741/2003 – dispõe de medidas de proteção à pessoa idosa, determinando punições a quem violar ou ameaçar seus direitos por ação ou omissão, não importando quem as pratique, seja a família, o Estado ou a sociedade. Seu artigo 44 determina que as medidas de proteção poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, e levarão em conta os fins sociais a que se destinam e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. O artigo 45 indica que o Ministério Público ou o Poder Judiciário, a requerimento daquele, poderá determinar, dentre outras, a seguinte medida:
- (A) inserção em programa de geração de renda e capacitação profissional.
 - (B) encaminhamento à família substituta, mediante termo de responsabilidade.
 - (C) inclusão em programa de tratamento de Gerontologia.
 - (D) internação compulsória.
 - (E) requisição para tratamento de saúde, em regime ambulatorial, hospitalar ou domiciliar.
49. A interdição civil e curatela são ações judiciais que julgam a capacidade ou incapacidade de sujeitos para prover autonomamente atos da vida civil. No caso do julgamento da incapacidade, esse sujeito é interditado e uma pessoa, uma instituição ou outro ente é nomeado curador, tornando-se responsável pelos cuidados de sua saúde, de seu patrimônio e de proporcionar ao mesmo o acesso a seus direitos. Conforme o CFESS (2021), o Serviço Social, por meio dos conhecimentos que possui, pode contribuir para:
- (A) emitir diagnóstico de alguém que vivencia um processo de interdição.
 - (B) indicar ao tutor ou curador tratamento e apoio apropriados à conquista da autonomia pelo interdito.
 - (C) especificar os fatos que demonstram a incapacidade do interditando para administrar seus bens e, se for o caso, para praticar atos da vida civil.
 - (D) contextualizar historicamente a incapacidade e até mesmo afirmar a sua im procedência, diante do que se observa acerca da vida dos sujeitos envolvidos.
 - (E) promover a ação de interdição nos casos em que os familiares, previstos em lei, não o façam ou em casos de doença mental grave.
50. A guarda é medida legal, podendo ser exercida pelos próprios pais, ou por família substituta. As decisões sobre guarda devem considerar uma questão ética que se impõe, que é a de privilegiar o maior interesse da criança. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (artigo 33), em relação à guarda, é correto afirmar que
- (A) destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, inclusive no de adoção por estrangeiros.
 - (B) o seu deferimento a terceiros impede o exercício do direito de visitas pelos pais, assim como o dever de prestar alimentos.
 - (C) confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários.
 - (D) obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de se opor a terceiros, com exceção dos pais.
 - (E) será deferida, preferencialmente, fora dos casos de tutela e adoção, para atender a situações peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou responsável.

51. Do ponto de vista formal, no que se refere à guarda dos filhos, a partir de 2014, observa-se no Código Civil prevalência da guarda compartilhada. Em não havendo acordo entre os pais quanto à guarda dos filhos, a Lei nº 13.058/2014 (Artigo 1.584, § 2º) determina que "(...) encontrando-se ambos os genitores aptos a exercer o poder familiar, será aplicada a guarda compartilhada, salvo se um dos genitores declarar ao magistrado que não deseja a guarda do menor". Também o papel da equipe do Judiciário ficou estabelecido nesse artigo 1.584, § 3º, como sendo de orientação técnico-profissional, com vistas

- (A) à divisão equilibrada do tempo com o pai e com a mãe.
- (B) à compatibilidade com a natureza da medida.
- (C) ao grau de parentesco e às relações de afinidade e afetividade.
- (D) ao pleno exercício do poder familiar.
- (E) à medida cautelar de guarda.

52. As situações denominadas de alienação parental representam uma particularidade do Serviço Social, visto que podem desvelar expressões da questão social e constituir fundamental contribuição para a compreensão do objeto da disputa judicial. Gois e Oliveira (2019) consideram que, do ponto de vista social, as situações no processo judicial como alienação parental devem ser apreendidas a partir do direito à convivência social (familiar e comunitária) e da equidade de direitos e deveres entre pai e mãe. Ainda de acordo com as autoras citadas, o posicionamento quanto à equidade parental, pressuposto legal da sociedade contemporânea, passa pelo reconhecimento

- (A) da preservação da convivência pacífica entre pais e filhos.
- (B) da assimetria nas relações de poder do par parental.
- (C) da violência doméstica enquanto uma realidade.
- (D) do pertencimento social em condições dignas.
- (E) da judicialização de questões de âmbito social.

CONHECIMENTOS GERAIS

ATUALIDADES E DEVERES DOS SERVIDORES PÚBLICOS

53. Líderes dos sete países mais ricos do mundo estão reunidos na cúpula do G7. Neste sábado (12.jun.), segundo dia do encontro na Inglaterra, as decisões foram marcadas pela aprovação de investimentos para se contrapor à China. Eles anunciaram um plano de investir trilhões de dólares em infraestrutura em países em desenvolvimento, uma tentativa de frear a crescente influência do país.

(Band-Uol. <https://bit.ly/3yldZ9D>.

Publicado em 12.jun. 2021. Acesso em 08.dez. 2021)

Esse primeiro encontro presencial dos chefes de Estado desde o início da pandemia teve como importante destaque

- (A) a tentativa de reduzir os problemas econômicos em nível mundial decorrentes do Brexit, isto é, da retirada do Reino Unido da União Europeia.
- (B) a proposta de criar uma nova instituição para administrar a pandemia de covid-19 em substituição à desgastada OMS (Organização Mundial da Saúde).
- (C) as discussões intergovernamentais para substituir o Acordo de Paris por novas regulamentações ambientais.
- (D) o papel dos sete países mais ricos do mundo na redução das migrações internacionais, principalmente dos refugiados.
- (E) o retorno dos Estados Unidos aos encontros entre as potências mundiais, buscando retomar a liderança diplomática abalada na era Trump.

54. A economia brasileira encolheu pelo segundo trimestre consecutivo entre julho e setembro. Conforme os dados divulgados nesta quinta (02.dez) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) do país recuou 0,1% sobre o trimestre anterior, já descontados os efeitos da sazonalidade.

(BBC. <https://bbc.in/3zrOeox>. Publicado em

02.dez. 2021. Acesso em 07.dez. 2021. Adaptado)

A respeito desses dados do IBGE, é correto afirmar que

- (A) os setores de exportação e indústria impediram que a queda do PIB fosse maior e mais representativa para a economia brasileira.
- (B) os desmatamentos e a forte redução das atividades relacionadas à construção civil e aos serviços contribuíram para o fraco desempenho do PIB.
- (C) a queda do PIB motivada pelo baixo desempenho da agropecuária contribuiu para a entrada do país na chamada recessão técnica.
- (D) a queda do PIB foi menor do que o esperado, o que permitiu ao Brasil manter-se entre as dez maiores economias do mundo.
- (E) a economia brasileira mostrou-se fragilizada e com tendência à recessão devido às crises provocadas pela queda acentuada do setor de serviços.

55. De acordo com os termos da Lei Federal nº 8.429/92, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de

- (A) legalidade, de eficiência e de continuidade.
- (B) honestidade, de publicidade e de eficiência.
- (C) eficácia, de publicidade e de imparcialidade.
- (D) legalidade, de eficiência e de moralidade.
- (E) honestidade, de imparcialidade e de legalidade.

56. A Lei Estadual nº 10.261/68 dispõe que será aplicada a pena de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, se ficar provado que o inativo

- (A) exerceu a advocacia administrativa.
- (B) apresentava vício de jogos proibidos.
- (C) praticou ato definido em lei como de improbidade.
- (D) aceitou ilegalmente cargo ou função pública.
- (E) praticou ato definido como crime hediondo ou tráfico ilícito de entorpecentes.

57. Determinada a instauração de sindicância ou processo administrativo, ou no seu curso, havendo conveniência para a instrução ou para o serviço, a Lei Estadual nº 10.261/68 disciplina que o Chefe de Gabinete poderá, por despacho fundamentado, ordenar, dentre outras, a seguinte providência:

- (A) afastar preventivamente o servidor do seu cargo, suspendendo todas as vantagens a que fizer jus.
- (B) designar o servidor acusado para o exercício de atividades exclusivamente burocráticas, até final do procedimento.
- (C) afastar preventivamente o servidor acusado, sem prejuízo de vencimentos, pelo prazo de até 90 (noventa) dias, improrrogável.
- (D) obrigar que o servidor acusado não compareça para tomar ciência dos atos do procedimento.
- (E) cancelar a carteira funcional ou outros documentos que sirvam de identificação funcional do servidor acusado.

58. Um assistente social, redigindo um documento por meio do MS-Word 2016, em sua configuração padrão, aplicou várias opções de formatações.

Assinale a alternativa que apresenta apenas ícones de formatação de parágrafo, encontrados no grupo Parágrafo da guia Página Inicial.



59. A planilha a seguir foi elaborada por meio do MS-Excel 2016, em sua configuração padrão, para registrar mensalmente a quantidade de casos de um tipo específico de atendimento.

	A	B
1	Mês	Casos
2	Jan	8
3	Fev	19
4	Mar	21
5	Abr	23
6	Mai	24
7		

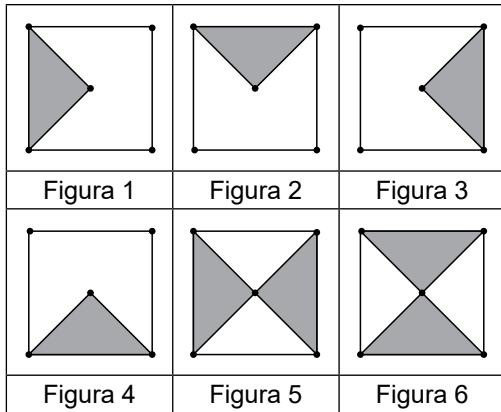
O valor exibido na célula A7, após esta ser preenchida com a fórmula =MÉDIA(B2:B6), será

- (A) 16
- (B) 19
- (C) 24
- (D) 8
- (E) 21

60. Um assistente social, por meio do Google Chrome, versão 96, em sua configuração padrão, estava lendo uma página da internet encontrada em uma busca por “violência doméstica”. Para usar o recurso de localizar uma palavra no texto da página exibida, para encontrar, por exemplo, a palavra “feminicídio”, pode ser utilizado o atalho por teclado
- (A) Ctrl + H
 - (B) Ctrl + D
 - (C) Ctrl + F
 - (D) Ctrl + B
 - (E) Ctrl + L

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA

61. Na sequência de figuras apresentada a seguir, a Figura 7 é igual à Figura 1, a Figura 8 é igual à Figura 2, a Figura 9 é igual à Figura 3, e assim sucessivamente, até a Figura 151, que é a última dessa sequência.



Considere como central a figura que, sendo ela excluída, divide o restante das figuras ordenadas dessa sequência em duas partes, cada uma delas contendo a mesma quantidade de figuras. Nesse caso, a figura central terá a representação:

- (A)
- (B)
- (C)
- (D)
- (E)

- 62.** Considere falsa a proposição “Se João é engenheiro, então José é juiz e Pedro é advogado”. Do ponto de vista do raciocínio lógico, é necessariamente verdadeiro:
- (A) José é juiz.
 - (B) Pedro não é advogado.
 - (C) José não é juiz.
 - (D) João é engenheiro.
 - (E) João não é engenheiro.
- 63.** João, Paulo e Sérgio são três amigos que casaram com Ana, Maria e Sônia, em 1969, 1970 e 1975, não necessariamente nessas ordens. Sabe-se que João casou-se em 1970, não com Ana; Ana não casou em 1975 e não é casada com Paulo; Maria casou-se alguns anos após Sônia. Sendo assim, é correto afirmar:
- (A) João casou-se com Maria.
 - (B) Ana casou-se em 1970.
 - (C) Paulo casou-se com Sônia.
 - (D) Sérgio casou-se com Maria.
 - (E) Sônia casou-se em 1970.
- 64.** Considere a seguinte proposição:
- “Cláudia é advogada se, e somente se, Paulo é assistente social.”
- Assinale a alternativa que contém uma negação lógica para a proposição dada.
- (A) Cláudia não é advogada se, e somente se, Paulo não é assistente social.
 - (B) Paulo é assistente social e Cláudia não é advogada.
 - (C) Ou Paulo é assistente social ou Cláudia é advogada.
 - (D) Se Paulo não é assistente social, então Cláudia não é advogada.
 - (E) Cláudia é advogada e Paulo não é assistente social.
- 65.** Uma equivalente lógica para a proposição “Se eu me cuido, então sou saudável” está contida na alternativa:
- (A) Se sou saudável, então eu me cuido.
 - (B) Eu não me cuido ou sou saudável.
 - (C) Eu me cuido e sou saudável.
 - (D) Eu não me cuido e não sou saudável.
 - (E) Sou saudável e eu não me cuido.

66. Se Cristiano está fazendo este concurso ou Valéria é funcionária pública, então Cristiano estudou ou Valéria tem curso superior completo. Se Cristiano estudou, então Mirian não é advogada. Se Valéria tem curso superior completo, então ela prestou algum vestibular.

Sabendo que Valéria nunca prestou vestibular e que Mirian é advogada, conclui-se, corretamente, que

- (A) Se Valéria não é funcionária pública, então Cristiano estudou.
- (B) Cristiano estudou ou Valéria é funcionária pública.
- (C) Cristiano não está fazendo esse concurso e Valéria não é funcionária pública.
- (D) Cristiano não estudou e está fazendo esse concurso.
- (E) Valéria não tem curso superior completo e é funcionária pública.

67. A razão entre o número de servidores recém-contratados e o número de servidores que já atuavam em certo órgão público é $\frac{1}{5}$. Se, contando todos esses servidores, tem-

-se, ao todo, 168 funcionários, então a diferença entre o número de servidores que já atuavam no órgão e o número de servidores recém-contratados é

- (A) 112.
- (B) 118.
- (C) 114.
- (D) 120.
- (E) 116.

68. Para a fabricação de 100 peças de determinado produto em 4 horas, são necessárias três impressoras 3D, idênticas, trabalhando juntas e ininterruptamente, com igual capacidade de produção. Se a mesma quantidade de peças for fabricada por 5 dessas impressoras, nas mesmas condições anteriormente identificadas, a redução do tempo será de

- (A) 2 horas e 00 minuto.
- (B) 1 hora e 54 minutos.
- (C) 2 horas e 12 minutos.
- (D) 1 hora e 36 minutos.
- (E) 1 hora e 45 minutos.

69. O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) é um índice mensal que, resumidamente, registra a mudança nos preços e no custo de vida dos brasileiros, indicando alta ou baixa desses preços e do custo de vida, sempre em relação ao mês imediatamente anterior.

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) é o órgão responsável por efetuar os cálculos e divulgar o índice mensal, assim como o acumulado no ano e o acumulado nos últimos 12 meses.

Sabendo que, em outubro de 2021, o IPCA foi de 1,25% e que, em novembro do mesmo ano, foi de 0,95%, no acumulado desses dois meses, o IPCA ficou entre

(A) 2,205% e 2,215%.

(B) 2,215% e 2,225%.

(C) 2,195% e 2,205%.

(D) 2,185% e 2,195%.

(E) 2,225% e 2,235%.

70. O número inteiro $\sqrt[7]{128^3}$ pode também ser representado como

(A) 9.

(B) 8.

(C) 7.

(D) 5.

(E) 6.

